



**MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA  
SECRETARIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL  
REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO NACIONAL  
DE AUTORIDADES AEROPORTUÁRIAS (CONAERO)  
2019**

**Data:** 02 de maio de 2019

**Horário:** 14:30h

**Local:** Ministério da Infraestrutura, Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 6º andar, Sala de Reunião Interativa, Brasília/DF.

**Membros presentes:**

**Ministério da Infraestrutura**

Marcelo Sampaio Cunha Filho – Secretário Executivo do Ministério da Infraestrutura e Coordenador da CONAERO

Ronei Saggioro Glanzmann – Secretário Nacional de Aviação Civil e Secretário Executivo da CONAERO

Fabiana Todesco – Diretora do Departamento de Planejamento e Gestão da Secretaria Nacional de Aviação Civil

**Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC**

Rafael Botelho Faria – Titular

**Casa Civil da Presidência da República - CC**

Daniel Fernandes de Simões Branco – Titular

**Ministério da Justiça - DPF**

Lígia Neves Aziz Lucindo - Titular

**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - VIGIAGRO**

Fábio Florêncio Fernandes – Substituto Eventual

**Ministério da Defesa - MD**

Ten. Brig. do Ar Jeferson Domingues de Freitas – Titular

**Ministério da Saúde - ANVISA**

Rodolfo Navarro Nunes – Substituto Eventual

**Ministério da Economia - RFB**

Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque – Titular

**Convidados:**

**Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero**

Marçal Rodrigues Goulart

**Associação Nacional das Empresas Administradoras de Aeroportos - ANEAA**

Jorge de Moraes Jardim Filho

**Associação Brasileira de Aviação Geral - ABAG**

Flávio Pires

**Associação Brasileira das Empresas Aéreas - ABEAR**

Cmte. Ronaldo Jenkins de Lemos

**Associação Internacional de Transporte Aéreo – IATA**

Dany Oliveira

**Junta dos Representantes das Companhias Aéreas Internacionais do Brasil - JURCAIB**

Robson Bertolossi

**Associação Brasileira das Empresas de Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo - ABESATA**

Ricardo Miguel

**VINCI Airports – Concessionária do Aeroporto de Salvador**

Thierry Besse

**Fraport – Concessionária do Aeroporto de Porto Alegre e Fortaleza**

Cátia Wittler

## **1. ABERTURA**

O Secretário Executivo do Ministério da Infraestrutura e Coordenador da CONAERO, Marcelo Sampaio, deu boas-vindas aos participantes da reunião da CONAERO, agradeceu a presença de todos, apresentou brevemente os principais assuntos da reunião e passou a palavra ao Secretário Nacional de Aviação Civil e também Secretário Executivo da CONAERO, Ronei Saggioro Glanzmann para a condução dos trabalhos.

## **2. DELIBERAÇÃO**

### **2.1. Comitê Técnico de Facilitação**

#### **2.1.1. Manual de Planejamento do Setor de Aviação Civil para a Copa América de Futebol 2019**

O Secretário Executivo da CONAERO, Ronei Saggioro, reforçou a importância do manual na medida em que deixa claro os procedimentos de atuação de cada órgão envolvido nas ações necessárias para a recepção das delegações de futebol nos aeroportos e para o bom andamento da Copa América de Futebol 2019 a ser realizada no período de 14 junho a 7 julho de 2019. Informou ainda da decisão, no período do evento, de ativação da Sala Master que propicia uma interlocução mais fácil e rápida entre os entes envolvidos.

Sobre o manual propriamente dito, a Diretora do Departamento de Planejamento e Gestão, Fabiana Todesco, apresentou os prazos pretendidos para o envio do manual aos membros da CONAERO bem como para aprovação por e-mail uma vez que não haverá possibilidade de uma nova reunião da CONAERO no curto prazo. Uma vez aprovado, será submetida uma minuta de resolução para assinatura do Coordenador da CONAERO e posterior publicação no site do Ministério da Infraestrutura. A Diretora ainda apresentou algumas das premissas aprovadas pela Casa Civil e contidas no manual, com destaque para as orientações de alocação e distribuição de SLOTS e prioridades no sequenciamento das operações de pousos e decolagens nos aeroportos das cidades-sede.

O representante da ABAG, Flávio Pires, levando em consideração que o movimento de aeronaves na Copa do Mundo e Olimpíadas não se compara ao esperado para a Copa América 2019, chamou a atenção para o tratamento dado à aviação executiva e geral durante aqueles eventos, especialmente no Rio de Janeiro, onde a

aviação executiva e geral precisou operar com restrições e horários alternativos para que fosse mantido o padrão de qualidade da aviação comercial. Em resposta, o Secretário Ronei Saggioro ressaltou mais uma vez que o movimento esperado para Copa América deve ser muito menor que o observado durante Copa do Mundo e Olimpíadas e que os aeroportos brasileiros conseguem absorver até certo ponto essa demanda da aviação geral. Pontuou também a existência em Guarulhos de um terminal dedicado exclusivamente à aviação geral (GATGRU) que contribui bastante para o atendimento dessa necessidade.

### **2.1.2. Alteração do Programa Nacional de Facilitação do Transporte Aéreo (PROFAL)**

Em virtude da auditoria USAP da OACI a ser realizada no Brasil no final do mês de maio de 2019, foi identificada pela ANAC a necessidade de formalização do procedimento de transmissão das informações sobre documentos de viagem brasileiros que tenham sido roubados, extraviados ou revogados de forma a incluir tal informação na base de dados de documentos roubados e perdidos da Interpol (SLTD). Esse procedimento já é realizado atualmente pela Polícia Federal e Ministério das Relações Exteriores, mas não consta oficialmente em nenhum normativo brasileiro. Assim, optou-se pela inclusão desse normativo no texto que regulamenta o PROFAL.

Dessa forma, após uma breve explicação sobre o assunto pela Diretora Fabiana Todesco e dos comentários dos representantes da ANAC e da PF, foi aprovado por todos a alteração do PROFAL nos termos da Nota Técnica nº 27/2019/DPG/SAC, de 30 de abril de 2019, e da minuta de Resolução encaminhada a todos os membros da CONAERO.

### **2.1.3. Lista mínima de aeroportos internacionais brasileiros**

Dando prosseguimento, o Secretário Ronei Saggioro apresentou a proposta inicial da lista mínima de aeroportos internacionais brasileiros com suas respectivas categorias fruto do trabalho do Subcomitê de Internacionalização do Comitê Técnico de Facilitação. A lista inclusive já leva em consideração os aeroportos alternados nos quais, para alguns casos, pretende-se ter um atendimento por demanda dos órgãos de controle de fronteira. O objetivo é que se partindo dessa lista haja um trabalho conjunto entre órgãos de fronteira brasileiros (ANVISA, VIGIAGRO, RFB e PF) e operadores aeroportuários de forma a regularizar a situação nesses aeroportos, conforme a Resolução nº 181, de 25 de janeiro de 2011, da ANAC e os normativos de cada órgão de controle de fronteira. Após esse trabalho, o Brasil terá uma lista única de aeroportos

internacionais da qual farão parte aqueles aeroportos que atenderem os requisitos de internacionalização.

O representante da Receita Federal, Secretário Marcos Cintra, bem como o representante do VIGIAGRO, Fábio Florêncio, ressaltaram que é responsabilidade dos estabelecimentos, nestes casos, dos operadores aeroportuários solicitarem o atendimento desses locais por aqueles órgãos. Feita a solicitação é iniciado o processo de avaliação quanto ao cumprimento dos requisitos estabelecidos por cada órgão.

Por último, a Diretora Fabiana Todesco ainda pontuou que, apesar da existência da lista em questão, nada impede que outros operadores aeroportuários solicitem a internacionalização, nos termos da Resolução nº 181/2011 da ANAC.

Nesse contexto, foi aprovada pelos membros da CONAERO a lista constante na Nota Técnica nº 26/2019/DPG/SAC, de 30 de abril de 2019, para que o Subcomitê de Internacionalização do Comitê Técnico de Facilitação trabalhe em conjunto com os operadores aeroportuários no processo de regularização, conforme a Resolução nº 181/2011 da ANAC e os normativos dos órgãos de controle de fronteira.

## **2.2. Comitê Técnico de Carga Aeroportuária – CTCARGA**

### **2.2.1. Manual para alocação de áreas para órgãos públicos em Terminal de Carga**

Na 25ª reunião da CONAERO, realizada em 28 de novembro de 2018, ficou aprovado o referido Manual com prazo de 180 dias para entrada em vigor, bem como o encaminhamento formal do Manual aos operadores aeroportuários para manifestação em 90 dias.

Houve manifestação da *Fraport* com sugestões de alterações de texto e por isso será realizada reunião do GT-TECA, para tratar dessas sugestões. Dessa forma, a Diretora Fabiana Todesco informou que a última versão do Manual foi encaminhada aos membros do GT-TECA, bem como aos participantes da CONAERO, e solicitou aos membros que as sugestões de alteração sejam encaminhadas à SAC o quanto antes pois terminado o prazo o Manual será divulgado oficialmente.

Por último, o Secretário Ronei Saggiaro ressaltou a importância da participação de todos os envolvidos nas discussões sobre o manual uma vez que o lançamento desse documento se apresenta como um marco inicial das ações em curso voltadas para o fortalecimento do setor de cargas aéreas no país.

## **2.3. Demais**

### **2.3.1. Aprovação da minuta de Resolução que aprova o Regimento Interno dos Comitês Técnicos de Segurança da Aviação Civil, de Carga Aeroportuária, de Facilitação do Transporte Aéreo e de Desempenho Operacional**

Em continuidade, a Diretora Fabiana Todesco apresentou a resolução que aprova os regimentos internos dos Comitês Técnicos de Segurança da Aviação Civil, de Carga Aeroportuária, de Facilitação do Transporte Aéreo e de Desempenho Operacional. Contudo, devido ao exíguo prazo para análise dos regimentos internos pelos membros da CONAERO, a diretora propôs o reenvio por e-mail dos regimentos aos membros com mais prazo para análise e colaborações sobre o texto para que então esses regimentos sejam trazidos para aprovação na próxima reunião da CONAERO. Ainda esclareceu que os regimentos dos comitês foram escritos seguindo os mesmos padrões, estabelecendo-se assim todo o funcionamento dos comitês de forma institucional.

## **3. TRABALHO DOS COMITÊS**

### **3.1. Comitê Técnico de Desempenho Operacional – CTDO**

#### **3.1.1. Apresentação dos resultados do 1º trimestre de 2019 da pesquisa de satisfação**

Dando prosseguimento, o Secretário Ronei Saggioro passou a apresentar os resultados do 1º trimestre de 2019 da Pesquisa de Satisfação dos Passageiros destacando a nota de 4,39 que até então é o maior valor já alcançado desde o 1º trimestre de 2013, apesar de os aeroportos já terem atingido esse patamar anteriormente. Outro dado importante foi que 90% dos passageiros avaliaram os aeroportos como “Bons” ou “Muito Bons” o que é um bom indicativo de que as políticas públicas para os aeroportos têm funcionado. Destaque também para o aumento geral nas notas de todos os grupos de itens pesquisados (Infraestrutura Aeroportuária, Facilidades ao Passageiro, Órgãos Públicos, Cias. Aéreas e Transporte Público). Foram apresentadas também as evoluções individuais dos aeroportos em comparação ao 1º trimestre de 2018 com destaque para os aeroportos de Natal, que apresentou uma queda substancial (-5,7%) da nota de satisfação geral, apesar de não ter havido alterações no aeroporto; Florianópolis, que embora seja o aeroporto com a menor nota, foi o que mais evoluiu positivamente (+10,2%); Fortaleza (-0,1%); Salvador (-0,7%); Porto Alegre (-1,6%) que estão passando por um período de obras de infraestrutura; e Guarulhos que apesar de ter apresentado uma queda de apenas

0,7%, chama a atenção pela baixa qualidade da infraestrutura no terminal 2 que precisa de melhorias.

Por último, a Diretora Fabiana Todesco apresentou o comportamento dos tempos médios dos processos aeroportuários e informou sobre o trabalho interno em andamento com o objetivo de divulgação desses tempos da melhor forma possível.

### **3.1.2. Pesquisa na aduana no Aeroporto de Salvador (acesso pelos pesquisadores)**

Em seguida foi colocado em pauta pelo Secretário Ronei Saggioro o fato da negação de acesso pelos servidores da Receita Federal aos pesquisadores à área alfandegada no aeroporto de Salvador, o que impede a realização do trabalho de pesquisa. O representante da *Vinci Airports*, Sr. Thierry Besse, informou que, em relação ao aeroporto, os pesquisadores estão devidamente credenciados para o acesso a área citada. Informou ainda que a empresa prestadora do serviço de pesquisa relatou os sucessivos problemas ao operador aeroportuário, que orientou a empresa a formalizar a situação junto à SAC para tratamento da situação diretamente com a Receita Federal.

O representante da Receita Federal, Marcos Cintra, manifestou total apoio à iniciativa da pesquisa de satisfação e se comprometeu analisar as circunstâncias do incidente e buscar uma solução.

Finalizando o assunto, o Secretário Ronei Saggioro enfatizou a importância da pesquisa como instrumento de resposta às políticas públicas e informou do projeto em andamento de ampliação da pesquisa para mais 40 aeroportos, incluindo regionais.

## **3.2. Comitê Técnico de Segurança – CTSAC**

### **3.2.1. Status do Decreto PNAVSEC**

Como informativo dos trabalhos do Comitê aos membros da CONAERO o Secretário Ronei Saggioro questionou o representante da ANAC, Rafael Botelho, sobre o andamento dos trabalhos para a publicação de resolução da ANAC que regulamentará os critérios da inspeção de segurança, uma vez que o prazo para publicação é 10 de maio de 2019, conforme o Decreto nº 7.168 de 5 de maio de 2010.

O representante da ANAC, em resposta, colocou que o prazo será cumprido, uma vez que a proposta de resolução já passou por audiência pública, sofreu algumas alterações baseadas nas contribuições recebidas e foi encaminhada para deliberação na reunião de diretoria colegiada da ANAC agendada para o dia 07 de maio, restando

tempo suficiente para aprovação e publicação até o final do prazo, dia 10. A resolução engloba as diretrizes colocadas pela CONAERO, institui que todos os órgãos públicos estarão sujeitos à inspeção de segurança de maneira aleatória e baseada em gestão de risco, estabelece um sistema de credenciamento e os critérios para aplicação da aleatoriedade da inspeção.

O representante da Casa Civil, Daniel Branco, comentou que a diretriz da Casa Civil defende que os procedimentos alternativos de inspeção de segurança imputada aos servidores da Receita Federal devem ser consoantes com os procedimentos alternativos de segurança dos servidores da Polícia Federal, e não a todos os órgãos de forma igualitária. O Secretário Ronei Saggioro lembrou à Casa Civil que o comando do Decreto nº 7.168 traz que todos os servidores públicos em atuação no aeroporto devem se submeter à inspeção de segurança baseado na gestão de risco.

Foi então concedida a palavra ao representante da Receita Federal que pontuou que a adoção de gestão de risco implica na utilização de critérios técnicos que deveriam ser definidos de maneira conjunta entre os órgãos, o que de fato não aconteceu. Deixou claro que a Receita Federal participou e fez contribuições na audiência pública da ANAC, mas que o órgão ainda se sente desconfortável com os termos da proposta por entender que o formato da inspeção que está sendo estabelecida causa perturbação quando se faz necessária agilidade no trabalho dos servidores da Receita nos aeroportos além de dar tratamento diferenciado para a Polícia Federal. Questionou ainda a utilização da inspeção aleatória como instrumento da gestão de risco por considerar que o uso da aleatoriedade contradiz o que propõe a gestão de risco. Finalizando, propôs à ANAC uma nova reunião entre Receita e ANAC ainda antes do dia 10 de maio para debater os termos da proposta.

Novamente com a palavra, o representante da ANAC esclareceu que a minuta da resolução que foi apreciada na audiência pública já sofreu alterações que, embora não tenham sido divulgadas, incluem a Polícia Federal na inspeção de segurança. Quanto aos critérios da gestão de risco cabe à Polícia Federal, como órgão competente, determiná-los baseado no contexto de segurança de cada aeroporto. Além disso, será exigido o credenciamento dos servidores junto à Polícia Federal de forma a identificar cada servidor que acessa a área restrita bem como o porte de possíveis itens proibidos que são utilizados como instrumentos de trabalho (armas, estiletes, entre outros). Quanto a inspeção aleatória, será utilizada como ferramenta para verificar se os

servidores estão de fato acessando a área restrita portando apenas os itens que ela está autorizada a portar.

A representante da Polícia Federal, Lígia Neves, ressaltou que em discussões com a ANAC, a Polícia Federal entendeu a importância da aplicação dos critérios de segurança a todos os órgãos de forma isonômica e, portanto, também se submeteu à norma. Também se colocou à disposição para esclarecer eventuais pontos da última redação da resolução e evoluir no que for necessário.

O representante da Receita Federal mais uma vez reiterou o pleito de reunião para debate dos critérios da avaliação de risco para que a Receita possa compreender com mais clareza os critérios adotados uma vez que o órgão não teve a participação julgada como apropriada nessa discussão, além de não ter tido acesso à última versão da minuta da resolução o que o levou a conclusões equivocadas sobre a propositura.

Por fim, o Secretário Ronei Saggiaro enfatizou que a proposta de resolução adota práticas já aplicadas em diversos outros países e, apesar de os trâmites legais da agência para a publicação já estarem em fase final, defendeu a realização do contato entre ANAC e Receita Federal ainda antes de findo o prazo para a publicação.

### **3.2.2. Status do Plano de Contingência**

Em continuidade, a Diretora Fabiana Todesco informou que foi apresentada uma minuta do Plano Nacional de Contingência AVSEC na reunião do CTSAC, realizada em 05 de abril de 2019 e está aguardando manifestação do COMAE/COMAER. O Secretário Ronei Saggiaro enfatizou a importância da existência de um documento que explicita formalmente os procedimentos a serem adotados pela aviação civil em momentos de crise.

Abrindo-se um parêntesis antes do próximo assunto ser tratado, o Secretário Ronei Saggiaro trouxe ao conhecimento dos membros o estudo realizado pela SAC, com apoio dos aeroportos, que propõe o aumento da cota de isenção nas compras realizadas em *Duty Free* de 500 para 1000 dólares baseando-se na evolução do índice de inflação norte americana desde a criação da cota. Destacou ainda que essa iniciativa é mais um dos passos dentre aqueles que vem sendo dados no sentido de ampliar o transporte aéreo no Brasil e informou que em breve o estudo deve ser encaminhado à Receita Federal para manifestação.

Em resposta, o representante da Receita Federal manifestou apoio, colocou que vê a proposta com grande simpatia e considera uma modernização necessária ao país na medida em que reduz as restrições ao intercâmbio de mercadorias.

### **3.2.3. Passageiro Indisciplinado**

Está em elaboração pela ANAC, SAC e entidades do setor um Manual sobre Passageiro Indisciplinado além de uma campanha para conscientização do passageiro sobre seus direitos e deveres, a ser promovida pela ABEAR a fim de tentar diminuir a ocorrência desse tipo de incidência nos aeroportos ou aeronaves.

## **3.3. Comitê Técnico de Carga Aeroportuária – CTCARGA**

### **3.3.1. Status do Programa Teca Digital**

A Diretora Fabiana Todesco apresentou em linhas gerais o objetivo do programa, que é evoluir quanto aos procedimentos relacionados à segurança no transporte de carga, desburocratização do processo de liberação da carga e desenvolvimento de um planejamento estratégico para o setor. O coordenador do CTCARGA, Paulo Certo, apresentou um cronograma com os prazos pretendidos para o desenvolvimento dos principais marcos do programa (Diretrizes de Segurança da Carga, Simplificação de Processos, Planejamento Estratégico e Carga Digital).

Especificamente sobre segurança da carga, a SAC obteve consultoria da OACI e deve encaminhar o resultado do estudo para a ANAC que é a autoridade responsável pela regulamentação das normas relacionadas à segurança da carga. Além disso, a SAC pretende iniciar estudos sobre o processo de acreditação da segurança da carga junto à União Europeia (ACC3) e aos Estados Unidos.

No tocante a simplificação de processos, foi apresentado o trabalho para adoção do padrão Cargo-XML, conforme recomendação feita pela Resolução nº 2.014/18 da CONAERO, além do desenvolvimento do Portal Único (RFB) e adoção de iniciativas como Aeroporto sem Papel (e-Freight) e AWB eletrônico (e-AWB)

## **3.4. Comitê Técnico de Navegação Aérea – CTNAV**

Foi informada a realização da primeira reunião do comitê no dia 02 de maio de 2019 que teve como temas a elaboração do 2º ciclo de planejamento para infraestrutura aeronáutica civil com recursos do FNAC – Plano Aeroviário Nacional 2020/2040 e a implementação e homologação de Estações Meteorológicas Automáticas (EMS- A) em aeroportos.

### **3.4.1. Proposta de criação do Subcomitê de Risco Aviário**

Foi informado que o CTNAV não aprovou a criação do Subcomitê de Risco Aviário uma vez que já existem outros fóruns, coordenados pelo CENIPA, que tratam do assunto.

### **3.5. Comitê Técnico de Aviação Geral – CTAG**

Foram apresentados os principais temas atualmente em discussão no comitê apresentados a seguir:

#### **3.5.1. Capacitação dos profissionais**

Apesar de não haver uma escassez de profissionais atualmente no setor, existe um trabalho de incentivo a capacitação tendo em vista o médio e longo prazo.

#### **3.5.2. Planejamento de Investimentos**

Estão sendo discutidos investimentos em equipamentos de auxílio à navegação aérea, principalmente, para a região norte do país que não possui o mesmo grau de disponibilidade que há nas regiões sul e sudeste.

#### **3.5.3. Mudanças Regulatórias - Tarifas aeroportuárias grupo II**

O tema diz respeito ao novo modelo tarifário da ANAC aplicado para este setor, mas especificamente, a disponibilidade e preço das vagas nos pátios de estacionamento de aeronaves. A ANAC em contato com representantes do setor reconheceu a necessidade de aprimoramento no processo de aplicação das novas regras e tem prontamente se colocado à disposição para discussão.

O representante da Infraero, Marçal Rodrigues, colocou que a Infraero também está incluída nas discussões com a ANAC e que, diante de conversas e provocações feitas pela AOPA (*Aircraft Owners and Pilots Association*) e pela ABAG no tocante ao tema, a empresa iniciou estudos para otimização do uso da infraestrutura de pátio e desenvolveu um sistema *online* para que os usuários da aviação geral possam consultar a disponibilidade e agendar a utilização dos pátios, facilitando assim a gestão dessa infraestrutura pelos aeroportos. Quanto às tarifas, a proposta da Infraero é de uma tarifação regressiva em relação ao tempo de estadia das aeronaves no pátio, ou seja, cobrança de um valor alto para as 12 primeiras horas, um valor intermediário para o período entre 12 e 72h de estadia e um valor baixo para períodos maiores que 72h.

O representante da ABAG, Flávio Pires, colocou que um dos grandes problemas é a não existência de áreas de estadia para a aviação geral, ou seja, a classificação do pátio era importante na medida em que existindo apenas pátio de

manobras, as aeronaves ficam impedidas de fazer permanência. Em resposta, o representante da Infraero, Marçal Rodrigues, explicou que a classificação pátio de manobra ou de estadia só era importante para a precificação, não em termos de utilização, pois se tratava da mesma área. A preocupação imediata da Infraero é retirar as restrições de disponibilidade ligadas à programação da estadia e implantar o sistema de consulta e reserva da infraestrutura como mencionado anteriormente.

#### **3.5.4. Utilização do aeroporto de Campo de Marte/SP**

O Secretário Ronei Saggioro expôs a situação de que há uma intenção do Governo do Estado de São Paulo de fechar o aeroporto de Campo de Marte para aeronaves de asa fixa e passar a receber exclusivamente as aeronaves de asa rotativa. O assunto tem sido tratado com muita responsabilidade pelo governo federal uma vez que essa alteração afeta diretamente a aviação geral e a operação da terminal São Paulo, que é uma terminal de alta complexidade. Ainda não há uma definição sobre o assunto, mas o Ministério da Infraestrutura entende a sensibilidade do assunto para a aviação civil.

## **4. OUTROS ASSUNTOS**

### **4.1. Auditoria USAP 2019 (ANAC)**

O representante da ANAC, Rafael Botelho, descreveu um breve cronograma do período da Auditoria no Brasil (27 de maio a 06 de junho) e reforçou o pedido de colaboração a todos os órgãos e aeroportos envolvidos, uma vez que é a imagem do Brasil que está sendo auditada no que diz respeito à segurança do sistema aeroportuário contra atos de interferência ilícita.

### **4.2. Publicação da Portaria ALF/VCP nº 24, de 28 de fevereiro de 2019 (Receita Federal)**

O Secretário, Ronei Saggioro, iniciou o assunto com uma breve explicação sobre a Portaria em questão emitida pelo delegado da alfândega no aeroporto de Viracopos, a qual altera as delimitações na área alfandegada do aeroporto, procedimentos de entrada e saída nessas áreas, além de regular o posicionamento de aeronaves no pátio. Contudo essas alterações têm gerado transtornos na operação e posicionamento das aeronaves. Complementando, o representante do DECEA, Ten. Brigadeiro do Ar Jeferson Domingues, expôs a situação ocorrida no domingo (28/04/2019) na qual 11 aeronaves precisaram ser alternadas de Guarulhos para Viracopos, contudo o aeroporto não pôde recebe-las pois não havia posições

disponíveis no pátio em decorrência da Portaria em tela. Com isso o Ten. Brigadeiro sustentou a posição de que a Receita Federal extrapola suas competências, a nível local, quando legisla sobre o gerenciamento do pátio de aeronaves. Em seguida o representante da ANAC, Rafael Botelho, também teceu comentário em concordância com o representante do DECEA acrescentando que a portaria tem causado problemas para a gestão aeroportuária e para a malha aérea uma vez que ela assume competências que não estão relacionadas ao controle alfandegário.

O representante da Receita Federal, Marcos Cintra, se comprometeu mais uma vez a verificar e buscar a solução da situação e assim que houver uma resposta os membros da CONAERO serão informados. Contudo não seria possível uma resposta imediata ao ocorrido pois até então nenhum dos representantes da Receita Federal presentes na reunião havia tomado conhecimento do fato.

#### **4.3. Proibição de embarque pela Receita Federal do Aeroporto de Guarulhos de uma lista de 500 passageiros oriundos da China.**

O representante da JURCAIB, Robson Bertolossi, informou que há uma solicitação da chefia da Receita Federal em Guarulhos às empresas aéreas para que vetem o embarque de uma lista de, originalmente 500 e agora 150 passageiros oriundos da China, que estariam trazendo contrabando, sob pena de multas da ordem de R\$ 15.000,00 por passageiro que embarcar na China e chegar ao Brasil. Explicou ainda que essa solicitação se trata de uma extraterritorialidade e, portanto, impossível de ser cumprida pela aéreas. Em reunião da JURCAIB, IATA e Receita Federal de Guarulhos acertou-se que as multas não seriam aplicadas, mas o assunto seria levado à COANA (Coordenação-Geral de Administração Aduaneira), buscando-se uma regulamentação.

Em resposta, o representante da Receita Federal, agora o Sr. Dário Brayner, pois o senhor Marcos Cintra precisou se ausentar, informou que existe uma ação da alfândega de Guarulhos que não está alinhada com as normas da unidade central. É uma questão pontual que já está sendo tratada, mas que ainda não possui uma definição. Dessa forma a Receita Federal se comprometeu a trazer uma resposta sobre o encaminhamento dessa situação até a próxima reunião da CONAERO.

#### **4.4. Ingresso de mecânicos estrangeiros para reparos mecânicos em aeronaves, em caso de panes nas mesmas – Aircraft on Ground (JURCAIB)**

O representante da JURCAIB, Sr. Robson Bertolossi, explicou a situação de indefinição da aplicação de regras trabalhistas sobre essas pessoas que estão exercendo

seu trabalho excepcionalmente no país, portanto, precisam atender à normas trabalhistas brasileiras, porém são tratados como visitantes em viagem de negócios. Diante das indefinições do caso, geralmente as empresas aéreas recorrem aos operadores aeroportuários ou autoridades de fronteira para tratar da situação, embora não haja regras claras para tal situação. Com isso, a JURCAIB propôs a discussão desse caso no Comitê Técnico de Facilitação com o intuito de buscar a melhor solução. A Diretora Fabiana Todesco concordou com a proposta e o assunto será tratado de forma mais detalhada no comitê. Por último, o representante da ABAG complementou que a aviação geral sofre com o mesmo problema.

#### **4.5. Atualização dos membros da CONAERO**

Foi informado pela Diretora Fabiana Todesco que os ofícios solicitando a indicação dos membros foram enviados aos ministérios e no momento as respostas estão sendo aguardadas. Sobre o assunto, o Secretário Ronei Saggiore ainda enfatizou a importância de que a representação dos membros da CONAERO seja de alto nível, ou seja, pessoas com poder de decisão mantendo-se assim a natureza da CONAERO.

#### **5. ENCERRAMENTO**

Não havendo mais assuntos a tratar, o Secretário Executivo da CONAERO agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.